

# #Opinião: “Moçambique – Massificação de Soluções de Cozinha Limpa”

20 de Março, 2024

*Por: Susana Pinto Coelho e Hortência Machiana, da Miranda & Associados*

O relatório publicado pela Clean Cooking Alliance, em Dezembro de 2023, – “O Futuro das Cidades Sustentáveis de África: a Importância da Cozinha Limpa” – salienta o papel fundamental das soluções de cozinha limpa para a redução das emissões, aumento da biodiversidade e alívio da pressão sobre as florestas e os ecossistemas. O Governo moçambicano parece estar alinhado com esta visão e, no âmbito da Estratégia de Transição Energética Justa (ETEJ), aprovada pela Resolução n.º 61/2023, de 29 de Dezembro, propõe um programa de massificação de soluções de cozinha limpa a implementar até 2030.

A substituição do uso tradicional de biomassa por soluções de cozinha limpas e modernas, é entendida como um passo crítico para reduzir as emissões e cumprimento dos compromissos assumidos ao abrigo das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) apresentadas no âmbito do Acordo de Paris. Para o efeito, o Governo prevê: i) a progressiva eliminação do uso de carvão vegetal e a sua substituição por biomassa refinada, ii) a introdução de fogões melhorados e promoção de práticas sustentáveis de recolha de lenha nas zonas rurais, e iii) o incremento do uso de fogões avançados nas zonas urbanas ligadas à rede.

O envolvimento das comunidades locais – através de campanhas de educação, sensibilização e formação – será fundamental para que estes objetivos sejam efetivamente alcançados. Ademais, o Governo planeia levar a cabo um estudo ambiental e socioeconómico para avaliar os impactos relacionados com a cadeia de produção de carvão vegetal doméstico, incluindo as emissões de carbono decorrentes do mesmo, e o número de empregos gerados ao longo da cadeia de valor. Prevê-se que este estudo identifique alternativas sustentáveis para a criação de empregos e atividades económicas capazes de promover a transição sem causar impactos adversos nas condições económicas e/ou nos meios de subsistência das populações locais mais vulneráveis.

Embora, até à data, não tenha sido criado em Moçambique qualquer regime jurídico específico destinado a regular a implementação de projetos de soluções de cozinha limpa e/ou a reforçar o investimento nesta área, este tipo de projetos está a tornar-se cada vez mais comum. O mercado tem sido, principalmente, impulsionado por iniciativas de doadores, subvenções, financiamento baseado em resultados, financiamento climático e/ou regimes de compensação de carbono. Também estão disponíveis, e espera-se que se tornem cada vez mais populares, soluções Pay-as-you-go (PAYG).

No entanto, estes projetos têm sido tipicamente implementados numa base *ad hoc* e sujeitos a requisitos pouco claros – ou muito limitados – o que tem suscitado algumas questões, em especial quando esses projetos estão associados a sistemas de financiamento climático e/ou de compensação de

carbono. A título de exemplo, a titularidade e transmissão dos créditos de carbono não estão, atualmente, regulamentadas e, em regra, o investidor depende de acordos contratuais celebrados com as entidades locais relevantes e/ou os beneficiários do projeto. Embora, em regra, os projetos de compensação de carbono relacionados com soluções de cozinha limpa sejam realizados ao abrigo dos padrões *Verra Verified Carbon Standard* ou *Gold Standard*, a falta de regras nacionais e, em especial, a aplicação de medidas de controlo deficientes podem prejudicar a transparência do projeto e, em especial, a integridade dos créditos de carbono gerados no âmbito do mesmo.

No entanto, o Governo está consciente do potencial do mercado interno para soluções de cozinha limpa e do seu impacto no cumprimento dos objetivos de redução de emissões. O Governo parece também compreender a necessidade de estabelecer algumas bases legais que permitam a implementação harmoniosa deste tipo de projetos e a atração de financiamento. Assim, está prevista a adoção de um quadro regulamentar destinado a atrair fabricantes e distribuidores de fogões melhorados e avançados. Entre outros, estão a ser considerados benefícios fiscais e subsídios à importação deste tipo de equipamento. Espera-se também que, num futuro próximo, sejam promulgados regulamentos sobre o mercado voluntário de carbono, compensação de carbono e créditos de carbono. Paralelamente, o Governo pretende, também, incrementar projetos de produção de energia *off-grid* e *mini-grid*, com vista a aumentar o acesso à energia nas zonas rurais, assegurar 70% da produção de GPL no país e expandir a rede de distribuição doméstica de GPL.

Portanto, prevê-se que a massificação do acesso a soluções de cozinha limpa terá impacto no desenvolvimento de várias áreas de negócio em toda a cadeia de valor, sendo expectável o crescimento do investimento e o posicionamento de Moçambique como um *player* fundamental na transição energética.